

ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM

PROCESSO Nº382/2000/002/2002

INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/MG

REFERÊNCIA: Pedido de Reconsideração referente ao Auto de Infração de nº 1005/2002, infração gravíssima, porte médio.

PARECER JURÍDICO

1 – O Departamento em epígrafe foi multado pela Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM, por “Causar poluição ou degradação ambiental que provoque destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa ou às plantas cultivadas e às criações de animais (assoreamento ocorrido em área de drenagem natural e de açude localizados na Fazenda José Delfino/Jóse pereira de Souza), no valor de R\$ 26.603,56.

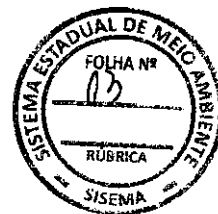
2 - Inconformada com a aplicação da penalidade de multa, a recorrente protocolou seu Pedido de Reconsideração de fls09, onde aduz que:

- durante os serviços de melhoria e pavimentação da rodovia ocorreram chuvas de intensidade anormal que ocasionaram processos erosivos;
- diversas medidas mitigadoras foram executadas com a conseqüente a paralisação dos danos;
- por fim, solicita a suspensão do pagamento da penalidade aplicada.

3- O argumento que sustenta a desconsideração da infração cometida pela recorrente mostra-se improcedente. Sustenta o autuado, “*chuvas de intensidade anormal que ocasionaram processos erosivos e carreamentos de solos*” e “*diversas medidas mitigadoras foram executadas com a consequência paralisação dos danos*”.

Sobre a alegação da responsabilidade objetiva, é necessário frisar a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), adotou a sistemática da responsabilidade civil objetiva e foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante e impertinente a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de indenizar.

[Assinatura]
Gustavo Chaves Carneiro Machado
Procurador do Estado
Procurador - Chefe da FEAM
OAB/MG 90644 - MASP 1.120.512-7



Senão vejamos o que reza o § 1º do art. 14 da Lei 6.938/81, *in verbis*:

Art. 14-.....

§ 1º - "Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados pela sua atividade....".

Além disso, o art. 4º, VII da Lei 6.938/81 prevê expressamente o dever do poluidor ou predador de recuperar e/ou indenizar os danos causados, além de possibilitar o reconhecimento da responsabilidade, repise-se, objetiva, do poluidor em indenizar ou reparar danos causados ao meio ambiente ou aos terceiros afetados por sua atividade, como dito, independentemente da existência de culpa, consoante se insere do parágrafo 1º do art. 14, citado acima.

Cabe mencionar, ainda, que mesmo que o órgão ambiental adotasse a excludente de responsabilidade para as infrações administrativas o que não acata, o recorrente carece de suporte em sua argumentação de força maior ou caso fortuito, pois ele contribuiu para o fato ocorrer.

Em decorrência das alterações das normas ambientais e recentemente da vigência do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

"Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa"

Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, a multa aplicada no valor de R\$26.603,56 (infração gravíssima, porte médio) o valor da multa deverá ser alterada para R\$ 20.001,00 por ser a mais benéfica ao autuado.

Cabe ressaltar, por necessário, que a norma processual de competência tem eficácia imediata, salvo disposição e expressa não retroativa. Sendo assim, o processo deverá ser encaminhado ao PRESIDENTE DA FEAM para julgamento da infração de natureza gravíssima, nos termos NOTA JURÍDICA Nº 2.036 de 28, de agosto de 2009.


g. e. e.
Gustavo Cavus Corrêa Machado
Procurador do Estado
Procurador - Chefe da FEAM
OAB/MG 90644 - MASP 1.120.512-7




FACE AO EXPOSTO e considerando que o autuado não apresentou nenhuma argumentação ou alegação nova, dados técnicos ou ponderações jurídicas, capaz de alterar ou modificar a decisão, opinamos pelo **indeferimento do Pedido de Reconsideração** apresentado, pelo PRESIDENTE DA FEAM.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2011.


Carmen Lucia Santos Silveira
OAB/MG 38.838 MASP 1.043.754-9
Procuradoria da FEAM

De acordo em 22/09/2011


Gustavo Chaves Carreira Machado
OAB/MG90644 – MASP 1120512-7
Procurador-Chefe da FEAM